



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

N.º 7

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2008

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro de dois mil e oito, reuniu, pelas quinze horas e quinze minutos, no Salão da Casa do Povo de S. Manços, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Informação e debate sobre a Freguesia de S. Manços;**
2. **Informação do Presidente da CME relativa à actividade do município, bem como à situação financeira do mesmo;**
3. **Deliberação acerca da proposta da CME visando a declaração de interesse municipal do projecto de investimento a implementar pela empresa «Tyco Electronics, Lda.»;**
4. **Deliberação sobre as propostas da CME destinadas a:**
 - a) **Aumentar o capital social da «Évora Viva», SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM – de 50.000€ para 110.000€;**
 - b) **Alterar o n.º 1 do art.º 19º dos estatutos da «Évora Viva», SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM;**
5. **Deliberação referente à 1ª Revisão Orçamental, proposta pela CME;**
6. **Deliberação sobre a proposta da CME para requerer a declaração de utilidade pública, bem como o carácter de urgência, da expropriação dos prédios necessários à intervenção urbanística e arquitectónica na envolvente das Portas de Aviz.**

NOTA: O plenário deliberou, por unanimidade, desdobrar em duas alíneas [a) e b)] o 4º ponto da ordem do dia, relativamente à convocatória, por se ter constatado que a Câmara enviara duas propostas para deliberação e não só uma.

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Rui Rosado, José Russo, Florival Pinto (em substituição de José Palma Rita), Acácio Alferes (em substituição de Mafalda Troncho), Jorge Lourido, Carmen Cangarato (em substituição de Ana M.ª Silva), Paula de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Deus, Mariana dos Paços (em substituição de M.^a Augusta Pereira), Francisco Pândega (em substituição de Francisco Chalaça), Celino Silva, Nuno Lino, Nuno Leão, António Murteira, Elsa Lopes, Eduardo Luciano, José Simão, António Ramos, Carlos Grácio, Jorge Gil, José Mateus, José Serra (em substituição de M.^a Margarida Fernandes), Joaquim Carrapato (em substituição de Baltazar Damas), Fernando Nunes, Jerónimo António (em substituição de Silvino Costa), Isidro Lobo, José Piteira, Manuel Recto (em substituição de João Ricardo), António Galão, M.^a Gertrudes Lino (em substituição de Felisberto Bravo), António Maduro, José Calado e João Rodrigues.

Faltaram os Senhores José Luís Cardoso, Jerónimo Mendes, António Metrogos e João Valverde.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) Manuel Melgão, António Dieb, Carlos Reforço e M.^a Clara Grácio.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** fez alusão às listagens da correspondência recebida no Secretariado da AME, uma enviada com a convocatória e outra acabada de ser distribuída, tendo depois anunciado a entrada, na Mesa, de sete projectos de moção, os quais foram numerados por ordem de chegada, transmitindo que alguns versavam o mesmo assunto, parecendo-lhe que a discussão poderia ser feita conjuntamente.

Posteriormente, convidou o 1.º subscritor do documento n.º 1, que tem como título «**Regozijo pelo cluster aeronáutico**», que o apresentasse.

O Sr. **Rui Rosado** leu a proposta na globalidade, cujo documento fica apenso a esta acta.

Logo após, o Sr. **Presidente**, antes de facultar a palavra ao primeiro signatário da moção n.º 2, visto que a mesma não fora fotocopiada para ser distribuída pelos Membros, apelou para que estes, em situações futuras, nomeadamente em sessões realizadas nas Freguesias, solicitassem antecipadamente aos serviços deste Órgão Autárquico a feitura das respectivas cópias.

Posto isto, o Sr. **Abílio Fernandes** lamentou o sucedido, justificando que julgava que era possível fotocopiar a moção (denominada «**A A. M. condena o Sr. Presidente da CME, Dr. José Ernesto Oliveira, pelas promessas demagógicas na construção de aviões em Évora**») no local da reunião, passando depois a descrevê-la na globalidade, ficando junta a esta acta.

Entretanto, o Sr. **Presidente** informou que entrara na Mesa mais um projecto de moção.

De seguida, O Sr. **Nuno Leão** leu integralmente o documento n.º 3, intitulado de «**Pedido de indemnização à Skylander**», o qual se anexa a esta acta.

Já na fase de debate das três primeiras propostas, o Sr. **Rui Rosado** expressou que a da CDU traduzia um sentimento de “desespero e de incapacidade de contenção” perante o que o Executivo da CME tem estado a realizar, porquanto revelava que a mesma ainda não se apercebera do que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

fora conseguido no tempo em que estivera à frente dos destinos da autarquia (25 anos), sustentando que o estava em causa era o esforço, a tenacidade e a capacidade demonstrados pela actual Administração, com vista a atrair investidores financeiros internacionais para o concelho, como, por exemplo, a EMBRAER.

Quanto ao caso “Skylander”, expressou que o Grupo do PS não se sentia melindrado por a empresa não se vir instalar em Évora, por opção dos investidores, transmitindo que o supracitado documento não merecia o mínimo aplauso por parte da bancada do PS.

No que respeita à moção do PSD, fez notar que ela dava a perceber uma certa exasperação relativamente ao «Skylander», pensando que a não concretização dum projecto de investimento não devia ser razão para que se avançasse com uma proposta de tal natureza, pelo que também não colhia a aprovação da bancada do PS.

Em resposta, o Sr. **Eduardo Luciano** explicou que a moção da CDU apenas pretendia ver condenada a utilização política, por parte do PS, duma expectativa que não sabia se poderia ser cumprida.

Em relação à proposta avançada pelo PSD, observou que havia a necessidade de ponderar quem criara as falsas expectativas, se a GECI ou o Executivo camarário, parecendo-lhe que, se o aludido Partido não tinha mais informações para prestar sobre a matéria, não era viável a acção.

Quanto à moção entregue pelo PS, divulgou que o voto da CDU teria que ser, obviamente, desfavorável, porque senão estaria a ser conivente com mais um alimentar de eventuais falsas esperanças.

Reagindo ao apontamento do orador anterior, o Sr. **Nuno Leão** advogou que, no caso do processo GECI, ou o Sr. Presidente da edilidade pedia desculpa aos eborenses por promessas vãs, ou a empresa teria que indemnizar a autarquia por falsas expectativas.

Como mais ninguém desejou falar, o Sr. **Presidente** colocou à votação o documento n.º 1 (apresentado pelo Sr. Rui Rosado), que foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (do PS), doze votos contra (da CDU) e três abstenções (do PSD).

Passou-se de imediato à votação da moção n.º 2 (elaborada pelo Sr. Abílio Fernandes), tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com vinte e um votos contra (do PS), onze votos a favor (da CDU) e quatro abstenções (três do PSD e uma da CDU).

Logo após, o Sr. **Presidente** pôs à votação a proposta n.º 3 (apresentada pelo Sr. Nuno Leão), a qual foi reprovada por maioria, com vinte e um votos contra (do PS), doze abstenções (da CDU) e três votos a favor (do PSD).

Declaração de voto do Sr. **Eduardo Luciano**: “O nosso voto desfavorável, em relação à moção apresentada pelo PS, não foi um voto contra a instalação dum cluster aeronáutico, contra o desenvolvimento ou contra o investimento no nosso concelho. Tratou-se de um voto contra mais uma tentativa de manipulação de expectativas, que o presente documento pretende fazer”.

Posto isto, o Sr. **Presidente** comunicou que haviam mais dois projectos de moção respeitantes ao mesmo assunto, pelo que anunciou que se iria proceder à sua apresentação e discussão em simultâneo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

De seguida, cedeu a palavra à Sra. **Paula de Deus** para descrever o documento n.º 4, designado por «**Fábrica LEE Portugal Confecções**», que o leu na íntegra, ficando anexo a esta acta.

Posteriormente, o Sr. **Nuno Leão** leu totalmente a proposta n.º 5, com o título «**Encerramento da Fábrica da LEE**», a qual se apensa a esta acta.

Antes de se passar ao debate das duas moções, o Sr. **Florival Pinto** propôs que ambas fossem fundidas numa só, justificando que, no seu ponto de vista e face à particular relevância da matéria em apreço, a AME deveria demonstrar uma forte posição.

Por sua vez, o Sr. **Jorge Lourido** divulgou que a CDU concordava com as propostas apresentadas, independentemente da sua fusão ou não, e que estava disponível para votá-las favoravelmente, embora afirmasse que não concordava com partes dos seus textos.

No que concerne à moção subscrita pelo PSD, a Sra. **Paula de Deus** asseverou que a bancada do PS tinha alguma dificuldade em acolher as suas duas ideias base, nomeadamente no que respeitava ao alerta feito à CME para evitar situações semelhantes no futuro, fundamentando que o município de Évora tinha uma estratégia consequente para captar investimentos, mas, na sua óptica, a concretização desses projectos dependia inteiramente dos próprios investidores, apesar dos esforços da autarquia para dinamizar a economia local.

No que toca ao aumento do desemprego no concelho de Évora, afiançou que a situação se mantinha estável, em relação a igual período no ano transacto.

Por fim, convidou o Grupo Municipal do PSD a subscrever a moção do PS, defendendo que esta não continha algo que pudesse hostilizar as suas posições e que era mais abrangente, colocando no centro o apoio aos trabalhadores, inclusive na garantia dos seus direitos agora e na criação de condições para uma efectiva reintegração no mercado de trabalho.

Mostrando-se estupefacto pela alocução anterior, o Sr. **Nuno Leão** lembrou que, numa sessão anterior, apresentara dados que contrariavam a afirmação avançada pela Sra. Paula de Deus, com referência ao aumento do desemprego, especialmente ao nível dos jovens licenciados. No entanto, perante a posição tomada pela bancada do PS, tornou claro que a proposta de fusão das duas moções, apresentada pelo seu colega de bancada, estava posta de parte.

Por seu turno, o Sr. **António Murteira** achou lamentável o facto do PS não considerar, por norma, quaisquer propostas das forças da oposição, apelidando tal atitude de sectária, pensando que a mesma não contribui para o desenvolvimento do concelho de Évora.

Por fim, questionou, à primeira subscritora da proposta de moção n.º 4, qual era o significado das expressões «desenvolver todos os esforços» e «manifestar toda a solidariedade para com os trabalhadores», para que as coisas tivessem conteúdo e não fossem pura demagogia.

Face ao exposto, a Sra. **Paula de Deus** respondeu que, segundo a sua ideia, era a bancada da CDU que votava sistematicamente contra as moções apresentadas pelos outros Grupos Municipais, desafiando-a a acolher a proposta por ela apresentada.

Mais à frente, declarou que eram factos reais a expansão do parque industrial e a criação de condições para nele se instalarem empresas, não só ao nível de reduções de taxas municipais, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

também ao nível do trabalho efectuado, visando a captação de investimentos, dando como exemplos as propostas votadas na sessão da AME de Agosto passado.

Quanto ao significado da frase «desenvolver todos esforços», exprimiu que queria dizer que todos deveriam estar mais atentos e solicitarem ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e ao Instituto de Emprego e de Formação Profissional para fiscalizarem se os direitos dos funcionários estavam a ser garantidos e para que os ditos desenvolvessem medidas activas na criação de emprego. Também neste contexto, salientou que teve oportunidade de apresentar, na Assembleia da República, um requerimento para que o MTSS informasse sobre as diligências que estavam a ser tomadas para que os profissionais da Fábrica da LEE possam ser «recicláveis» para o mercado de trabalho.

Depois, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Acácio Alferes**, o qual manifestou que a proposta de moção apresentada pelo PSD só poderia ter o seu voto favorável caso nela figurasse a frase: «...alertar a Câmara **para que continue atenta...**», em vez de «...alertar a Câmara **para que esteja mais atenta...**», entendendo que esta última era uma injustiça, em relação ao trabalho desenvolvido pela CME, por se poder depreender que o município não estava atento aos acontecimentos.

Contrapondo ao primeiro comentário produzido pela Sra. Paula de Deus, o Sr. **Jorge Lourido** lembrou-lhe que a bancada da CDU tinha revelado que iria votar favoravelmente as moções apresentadas pelo PS e pelo PSD, apesar de a proposta do PS autopromover e propagandear, de forma “eleitoralista”, a actuação da Administração Municipal.

Ainda sobre o apontamento da Sra. Paula de Deus, o Sr. **António Murteira** fez saber que, por aquilo que a mesma respondera, concluíra que não se iria desenvolver algo de concreto no apoio aos trabalhadores da Fábrica da LEE.

Mais à frente, recordou que o concelho de Évora tem vindo a perder postos de trabalho, acrescentando que em 2001 haviam 1.336 desempregados e que em Junho de 2008 existiam 1.892, não deixando de referir que com o encerramento da LEE, bem como de outras empresas em dificuldades, a situação irá agravar-se, julgando que deveria prevalecer o bom senso, de modo a conjugar esforços, no sentido de se tentar inverter a situação no concelho de Évora.

Sobre a intervenção do Sr. A. Alferes, o Sr. **Nuno Leão** retorquiu que se a moção do PSD contivesse a expressão «...**a CME esteja atenta...**» estaria a menosprezar o trabalho do Executivo, pensando que conforme estava dava a ideia que estava em cima dos acontecimentos, mas que era preciso estar mais.

Acabada a fase de discussão dos documentos em causa, o Sr. **Presidente** colocou, primeiramente, à votação o n.º 4 (entregue pela Sra. Paula de Deus), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, procedeu-se à votação da moção n.º 5 (apresentada pelo Sr. Nuno Leão), a qual foi reprovada por maioria, com dezoito votos contra (do PS), quinze votos a favor (doze da CDU e três do PSD) e três abstenções (do PS).

Logo após, o Sr. **Presidente** convidou o 1.º signatário do documento n.º 6, denominado «**Código de Trabalho**», a descrevê-lo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Eduardo Luciano** principiou por recordar que a proposta se enquadrava na aprovação das alterações ao Código do Trabalho, que, na sua perspectiva, agrava substancialmente as condições de vida dos trabalhadores, sendo que depois leu-a na sua globalidade, cuja folha fica anexa a esta acta.

De imediato, o Sr. Presidente facultou a palavra à Sra. **Paula de Deus**, que informou que a bancada do PS iria votar contra a moção, por considerar que o novo Código do Trabalho reforça, duma forma eficaz, os direitos dos trabalhadores em várias áreas, nomeadamente na responsabilidade parental, penalizando a contratação a termo, reduzindo os prazos de 6 para 3 anos, fomenta a adaptabilidade das empresas, no sentido da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal, cria novos mecanismos de reforço da negociação entre os vários parceiros, gera uma maior flexibilidade no mercado de trabalho, mas sem colocar em risco os limites de tempo de trabalho, e garante uma maior competitividade no país.

Não havendo mais pedidos de inscrição, o Sr. **Presidente** pôs o documento n.º 6 à votação, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria, com dezanove votos contra (dezassete do PS e dois do PSD), doze votos a favor (da CDU) e cinco abstenções (quatro do PS e uma do PSD).

Prosseguindo com os trabalhos, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Florival Pinto**, para apresentar a moção n.º 7, intitulada «**1 de Outubro – Dia Internacional do Idoso**», sublinhando que o objectivo da dita era que a AME exortasse o Governo a continuar a desenvolver a Rede Nacional de Cuidados Integrados, procurando atingir a meta das anunciadas 5000 camas, em Dezembro de 2008, sustentando que por cada doente que sai dum hospital para ir para uma unidade desta natureza é uma nova vaga que se abre em qualquer estabelecimento de saúde, sendo que se esta vaga permitir salvar uma vida, isso é um custo que não tem preço.

Prontamente, o Sr. **Rui Rosado** participou que o Grupo Municipal do PS subscrevia a proposta em apreço, indo votá-la favoravelmente.

Por sua vez, o Sr. **Eduardo Luciano** divulgou que a CDU também estava disponível para votar a favor, pelo seu assunto. No entanto, não deixou de referir que este tipo de moção, em que se «exorta o Governo a continuar no bom caminho», lhe parecia um pouco excessivo, tanto assim que a bancada do PS a acolhera de braços abertos.

Constatando a inexistência de mais inscrições para analisar o documento n.º 7, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Posto isto, o Sr. **Florival Pinto** interpelou a Mesa no sentido de sensibilizar os serviços da AME a mandarem publicar a moção em causa no próprio dia um de Outubro, para evitar situações como aquelas que aconteceram às moções aprovadas em Abril, em que só foram publicitadas depois das datas temáticas.

Perante o explanado, o Sr. **Presidente** fez notar que as orientações que os serviços tinham eram para procederem à respectiva publicação no dia útil possível mais próximo das comemorações. Posteriormente, cedeu a palavra ao Sr. **Nuno Leão**, para que apresentasse o documento n.º 8, denominado «**XX FESTAE/SOIR**», tendo-o lido na totalidade, ficando junto a esta acta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **José Russo** participou que a CDU iria aprovar a proposta, enfatizando que era um sinal importante da actividade cultural da urbe, apesar das coisas se realizarem, muitas das vezes, com o mínimo de condições, em termos de apoios públicos.

Por seu turno, o Sr. **Gazimba Simão** comunicou que a bancada do PS também se iria associar à moção apresentada, por se tratar de uma boa iniciativa para Évora.

Como ninguém mais desejou pronunciar-se sobre o documento, o Sr. Presidente pô-lo à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O Sr. **Presidente** colocou à ponderação do colectivo os projectos de actas:

- N.º 5, DE 27 DE JUNHO DE 2008

O Sr. **Abílio Fernandes** propôs que os serviços reouvisssem o registo magnético do discurso dos Sr. F. Chalaça, inserto na página 11, 3º parágrafo, por considerar a frase «...**achando a transferência das dívidas de curto prazo para médio prazo uma excelente medida de gestão...**» uma incongruência;

Face ao exposto, o Sr. **Presidente** sugeriu que a intervenção do Sr. F. Chalaça fosse transcrita literalmente da gravação, podendo o documento ser aprovado com essa condicionante, coisa que foi plenamente aceite pelo colectivo.

Voltando ao uso da palavra, o Sr. **Abílio Fernandes** alvitrou:

- Pág. 20 – 2º parágrafo – Substituir-se a frase «...**pelo que a configuração da alteração em causa era de uma revisão, pensando que lhe...**» por «...**pelo que a alteração em causa configura uma revisão, que lhe...**».

Na medida em mais ninguém desejou modificar o texto do documento em epígrafe, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, com a inclusão das alterações propostas, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor e nove abstenções.

- N.º 6, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

Dado que nenhum dos presentes quis introduzir alterações, o Sr. **Presidente** colocou o projecto de acta à votação, que foi aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor e nove abstenções.

Declaração de voto do Sr. Celino Silva: “*Abstive-me nas duas votações por ter estado ausente em ambas as sessões*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Declaração de voto do Sr. Florival Pinto: *“A minha abstenção, neste última votação, também é justificada por não ter estado presente na assembleia”.*

Em continuação do PAOD, o Sr. **Gazimba Simão** congratulou-se com a assinatura dum contrato entre o Ministério da Educação e a edilidade, que vai permitir a esta assumir um conjunto de novas competências, bem como a continuação da intervenção em todas as escolas do primeiro ciclo, que iniciou no mandato anterior, nomeadamente a criação de mais infra-estruturas nos estabelecimentos da Comenda, do Chafariz d’ El-Rei e do Bairro da Câmara, e mais três salas e uma biblioteca na Escola de S. Mamede.

Mais à frente, enfatizou as candidaturas, ao QREN, para a construção das Escolas do Bacelo e dos Canaviais, estando cada uma orçada em três milhões de euros.

Por fim, abordou a recuperação da Escola Gabriel Pereira, que irá ficar com um aspecto completamente novo, tratando-se de um investimento de muitos milhões de euros, apesar de ser da competência do Governo, não deixando de apelidar as acções atrás descritas de descentralização e gestão de proximidade.

Por sua vez, o Sr. **Jorge Lourido** divulgou que tinha intenção de apresentar um discurso sobre a matéria, mas que não se justificava, na sua opinião, o prolongamento do PAOD para o efeito, na medida em que tal decisão levaria ao arrastar da sessão e poderia impedir os habitantes de S. Manços de falar no final da mesma. Contudo, sugeriu que numa próxima assembleia se incluísse, forçosamente, um ponto para se discutir o contrato celebrado, com alguma precipitação, segundo a sua ideia, entre a Câmara e o Ministério da Educação, tendo em atenção a seguinte, entre outras, recomendação da ANMP: «Saliente-se, ainda, que tem sido referido que a subscrição dos eventuais contratos de pilotagem é da competência do presidente da câmara. No entanto, em causa estão responsabilidades, cuja assumpção depende de uma manifestação de vontade do município e não directamente da lei, pelo que os contratos de execução têm que ser apreciados pelas respectivas assembleias municipais, face às implicações que as responsabilidades advenientes do contrato têm nas competências próprias daquele órgão (a assembleia), nomeadamente em relação ao pessoal, ao orçamento, ao património e à organização dos serviços municipais».

Perante o exposto, o Sr. **Presidente** declarou que tomara a devida nota e que iria falar com os líderes das bancadas, julgando que não seria difícil consensualizar tal objectivo, tendo depois dado por acabado o PAOD.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO E DEBATE SOBRE A FREGUESIA DE S. MANÇOS

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **António Galão**, o qual começou por fazer uma pequena introdução, dizendo que era com muita honra que a Freguesia de S. Manços acolhia a AME.

Paralelamente, historiou a respectiva Freguesia, através dum manuscrito, ao ler: *«A Freguesia de S. Manços fica situada na margem esquerda do ribeiro do Corvo, afluente da ribeira da Azambuja, e foi elevada à categoria de vila em 29 de Dezembro de 1923. Pertence ao concelho de Évora, de cuja sede dista cerca de 20 kms, e o seu orago é, como o próprio topónimo indica, S. Manços, celebrado anualmente em festa religiosa-popular a meados de Setembro, juntamente com a romaria da Sra. da*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Ajuda, festa famosa na região. Vila de pergaminhos agrícolas, tem neste sector a sua base económica, embora várias pequenas empresas, ligadas ao comércio e às oficinas, desenvolvam aqui actividades (metalo-mecânica, restauração, mercearias, etc.). A tradição desportiva e cultural é forte e centrada no clube desportivo e no grupo de forcados. As instituições sociais têm feito um grande esforço para manter vivos alguns eventos sazonais, sendo de realçar a Casa do Povo e a sua jovem direcção.

Em 2005, quando a actual Junta tomou posse, o nosso sonho era transformar e melhorar a qualidade de vida em S. Manços, sonho que se mantém e está a ser concretizado. Porém, não foi fácil iniciar este percurso, dado que esta Junta deparou-se com problemas financeiros herdados do anterior executivo, que chegaram a pôr em causa o pagamento de salários nos primeiros meses do mandato. Tivemos, então, de tomar medidas de contenção de despesas, de forma a equilibrar a tesouraria, mas hoje podemos afirmar que temos as finanças sanadas. Apesar das dificuldades com que nos deparamos, em termos financeiros, já que o dinheiro que recebemos do OGE e do orçamento da Câmara Municipal é sempre escasso, mesmo assim temos conseguido muita coisa, com uma gestão rigorosa e criteriosa:

Apoiámos o Grupo Desportivo na iluminação do campo de futebol;

Oferecemos equipamentos desportivos, transportes e apoio à manutenção do campo de jogos e fizemos alguns donativos em dinheiro;

Apoiámos o grupo de forcados, o Jardim de Infância, a Casa do Povo, o Centro de Dia e a Igreja; A Junta adquiriu várias ferramentas, um depósito para rega de árvores, uma carrinha nova para os transportes escolares, um tractor e um reboque usados;

Esta Junta assumiu o pagamento da ambulância que foi adquirida no anterior mandato, contando estar paga dentro de um ano;

Investimos no melhoramento do edifício da Junta, remodelando o escritório e adquirindo novos equipamentos.

Também a Câmara Municipal vive com grandes dificuldades financeiras, mas, mesmo assim, tem correspondido com a prestação de alguns serviços e com algumas obras significativas, as quais estão a contribuir para o melhoramento da nossa qualidade de vida, como, por exemplo:

A iluminação do nó do IP2;

A iluminação do Largo do Poço;

A iluminação da estrada de S. Manços/Torre de Coelheiros;

A requalificação do Largo do Emigrante (águas pluviais, asfaltamento e iluminação);

A requalificação do jardim público (obra em curso);

As repavimentações da Rua D. Maria Teresa de Almeida, de parte da Rua do Sol, de parte da Rua do Lagar, da Travessa das Hortas e do acesso à Praça de Touros;

A instalação eléctrica/nova iluminação do campo de futebol.

É claro que, apesar do que fizemos, não estamos satisfeitos, porque pensamos que é sempre possível fazer mais e melhor. Assim, no que se refere à Câmara Municipal, agradecemos a recente visita que o Sr. Presidente nos fez, em conjunto com alguns técnicos, mas queremos reivindicar a solução de alguns problemas:

a) Um dos principais é o da cor amarela da água da rede, que está a afectar e a preocupar algumas famílias, apesar da Câmara nos assegurar que as análises estão normais, sendo que os técnicos da empresa Águas do Centro Alentejo e da edilidade têm tentado encontrar uma solução, mas o problema precisa de ser resolvido rapidamente;

b) O alargamento da Rua do Cemitério é outro problema que está a ser estudado nos serviços da Câmara, mas que urge resolver;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

c) Sabemos que o projecto de transformação dos lavadouros em casa mortuária está praticamente pronto, mas é preciso avançar com a obra;

d) Também a requalificação da antiga estrada nacional/ Avenida da Sra. da Ajuda (criar passeios, iluminação, instalar bancos e plantar árvores) é uma obra necessária. Para quando o seu início? Para além destas, há outras situações que gostaríamos de ver esclarecidas:

Por que é que a obra do Ribeiro do Corvo, apesar de ter projecto aprovado e de ter sido adjudicada, nunca avançou?

Porque é que a lixeira, junto aos eucaliptos, até hoje nunca foi totalmente limpa?

Porque é que a empresa que fez a obra de infra-estruturas e pavimentação da Rua Gouveia ainda não foi responsabilizada por não a ter deixado completa e perfeita?

Por que é que a EDIA, responsável pela destruição do pavimento da Rua Augusta, aquando da passagem dos seus camiões para a obra dos canais de rega de Alqueva, ainda não a repavimentou? Para além destes problemas todos, quero dar uma boa notícia: o loteamento do terreno, de que a Junta de Freguesia é proprietária, parece ter encontrado uma solução, pois, no âmbito da recente visita do Sr. Presidente da Câmara, as Cooperativas de Construção «Boa Vontade» e «Geraldo Sem Pavor» manifestaram-se disponíveis para, em parceria com a Junta, ajudar a resolver o problema da criação de lotes e a construção de casas a custos controlados, parecendo que as coisas estão bem encaminhadas. Assim, pedimos ao Sr. Presidente da Câmara que continue a mover as suas influências, para que este problema se resolva o mais depressa possível».

Prontificando-se a aflorar o discurso acabado de ser produzido, o Sr. **Presidente da autarquia** começou por esclarecer que a edilidade já tinha gasto, no corrente exercício, mais de sessenta mil euros em investimentos na Freguesia em apreço.

Depois, salientou que era seu objectivo tentar resolver os problemas existentes, nomeadamente a questão da água fornecida a S. Manços, que, até Abril de 2008, era proveniente de furos e de poços, sendo que após esta data, o precioso líquido passou a ser abastecido a partir da barragem do Monte Novo, resultante da estação de tratamento que fornece vários concelhos, designadamente Évora, Reguengos e Mourão. “No entanto, isto não quer dizer que não haja um problema nas torneiras das casas das pessoas, em que a água apresenta algum mau aspecto. Apesar de tudo, devo elucidar que, em termos de parâmetros de análises, o produto tem qualidade. Tem sido difícil encontrar uma solução e desde há dois meses que os técnicos da Câmara têm vindo à Freguesia, com muita regularidade, os quais têm feito análises nas casas, nas bocas de incêndio, nas ruas e na saída do depósito. É bom fazer notar que existem habitações em que a água aparece amarela e que em outras não há problemas, sendo isto motivo para os técnicos especularem sobre a razão de ser desta situação, e uma das teses que se tem defendido é a de que, com a entrada em funcionamento do sistema do Monte Novo, deve tratar-se duma reacção química entre os produtos utilizados no tratamento e as canalizações de algumas moradias. Contudo, posso garantir-vos uma coisa: a água dos poços e dos furos é pior do que a da rede, por muito que isso custe a compreender a algumas pessoas, uma vez que aquela contém muito ferro, três vezes mais do que a água das torneiras, e outros minerais prejudiciais à saúde. É um caso difícil, complexo e que o Executivo tem estado a acompanhar com toda a atenção, mas julgo que há-de ter solução”, proferiu seguidamente.

No que respeita às facturas da água, e face aos gastos extras que os munícipes têm feito para obterem-na mais límpida, transmitiu que o assunto estava a ser analisado pelo colectivo da Câmara, no sentido de se poderem tomar medidas, para que os munícipes não fossem prejudicados.

Ainda sobre a matéria em causa, e a título de exemplo, informou que se tinha efectuado um novo tratamento, na véspera desta sessão da AME, à base de «leite de cal», indicado pelo Sr. Manuel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Joaquim, um técnico que está familiarizado com toda a rede de águas de S. Manços e que acompanha diariamente toda a situação, o qual não resultou, porque alguns cidadãos se queixaram que ontem tinha sido o pior dia desde que tudo começou. No entanto, garantiu que tudo estava a ser feito para se resolver o problema.

Noutro contexto, anunciou que se iria fazer uma operação de loteamento, em terrenos privados, de ambos os lados da Rua do Cemitério, cujo processo foi negociado com os respectivos proprietários, de modo a estes poderem edificar as suas habitações, mas, em contrapartida, cederem uma parte dos terrenos, visando a construção dum pequeno parque de estacionamento, com condições para os automobilistas poderem dar a volta junto ao portão do cemitério.

Quanto ao tema dos lavadouros, comunicou que a decisão da Administração Municipal estava tomada e que o projecto estava a ser ultimado, destinado à transformação dos mesmos em casa mortuária, por ser uma antiga aspiração da própria população.

No que toca à requalificação da Avenida da Ajuda, evidenciou que era uma obra muito cara, devido à sua extensão, indo a edilidade tentar começá-la no próximo ano, com o apoio de fundos comunitários.

Em relação à Ribeira do Corvo, participou que estava previsto o arranque dos trabalhos para o dia 13 de Outubro/08, segundo informação do respectivo empreiteiro (o Engº José Ramalho), esperando-se que o dito cumpra a promessa de antecipar o início da obra para mais cedo.

Em relação à lixeira dos eucaliptos, recordou que uma parte do espaço já tinha sido limpa, mas que a situação persistia, pelo que apelou a toda a população de S. Manços e ao Sr. Presidente da Junta para que não se depositasse mais objectos velhos no local (electrodomésticos, pneus, etc.), de modo a preservar o ambiente.

No que concerne à EDIA, deu a conhecer que havia um compromisso para a mesma recuperar as ruas que deteriorou, nomeadamente a Rua Augusta, à semelhança do que aconteceu com a estrada que liga S. Manços a Torre de Coelheiros.

No que se refere à Rua Gouveia, indicou que a empresa responsável não tinha concluído a respectiva obra, sendo que, por essa razão, ainda não tinha sido liquidada a última factura.

Por fim, noticiou que a Junta de Freguesia possuía um terreno, doado pela Fundação Eugénio de Almeida, para a constituição de lotes, o qual, com a aprovação do novo PDM, ficou enquadrado na zona de expansão urbana da própria Freguesia, o que lhe irá permitir criar condições para o urbanizar. No entanto, vincou que a urbanização directa do atrás citado ficava muito dispendiosa, pelo que se convencionou, em reunião ocorrida entre a sua pessoa e o Sr. António Galão, a possibilidade das Cooperativas de Habitação «Boa Vontade» e «Geraldo Sem Pavor» construírem as casas a um preço relativamente baixo. Assim, revelou que as duas instituições já tinham apresentado um «esquema», que permitirá a edificação de 44 vivendas germinadas, com rés-do-chão, primeiro andar, quintal, garagem, cozinhas devidamente equipadas e que o seu preço rondará os cem mil euros, dando elas à Junta, em troca, um certo número de lotes ou habitações já feitas, para que a supra mencionada faça a sua gestão.

Depois, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que, em nome do Grupo Municipal do PS, se congratulou com o acolhimento proporcionado pelas Junta de Freguesia e população de S. Manços.

Mais à frente, manifestou sua preocupação pela questão da água, ao mencionar que o empirismo, através do tratamento de «leite de cal», ainda não tinha conseguido superar a natureza física, esperando que, com a boa vontade de todos e a acção dos responsáveis, tal fosse alcançado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aproveitando as palavras proferidas pelo orador antecedente, o Sr. **Florival Pinto** também agradeceu a hospitalidade do povo da Freguesia, acreditando, porém, que o mesmo ambicionava mais, nomeadamente o seu desejo de ver resolvido, com muita urgência, o caso da água, que, na sua perspectiva, era comum a todo o concelho, admitindo, todavia, que o problema estivesse centrado na rede de abastecimento de S. Manços.

Logo após, fez saber que uma munícipe lhe entregara uma garrafa contendo uma amostra do precioso líquido, recolhido na Rua das Vinhas Velhas, n.º 18, pouco antes do início desta assembleia, tendo-a comparado com as garrafas que são postas nas mesas, aquando da efectuação das sessões da AME, não se sentindo no direito de beber o conteúdo destas, quando os habitantes de S. Manços eram obrigados a beber um produto sem qualidade. Nesta conformidade, defendeu que era preciso encontrar uma solução para o problema, nem que fosse através dum abastecimento alternativo, com um auto-tanque, não deixando de entregar ao Sr. Presidente da edilidade a amostra acima referida.

A seguir, interveio o Sr. **António Murteira**, que aproveitou para agradecer ao Sr. A. Galão e aos seus colaboradores, bem como a toda a população, por terem recebido todos os Membros da AME.

De imediato, lembrou que antes do 25 de Abril havia um poder local fascista, coisa que era bastante sentida em S. Manços, dado que a vila estava cercada de latifúndios, tendo ressaltado que existiu um natural da aludida localidade, chamado **Adriano Neto**, que contribuiu para a conquista da liberdade, ao qual manifestou o seu apreço.

Mais à frente, sustentou que deveria haver maior ambição, por parte da Freguesia de S. Manços, em relação ao futuro, até para contribuir para o desenvolvimento do concelho de Évora, por possuir muita água, boas terras e por vir a ser beneficiada com o regadio da barragem de Alqueva, o que poderá permitir ultrapassar o desânimo patenteado, actualmente, pelos agricultores.

Posteriormente, abordou o tema do património e da urbanização da Freguesia, acentuando que existia muito descontentamento entre a população, devido à falta de investimentos na dita, advogando que deveria haver uma intervenção mais participada, não esquecendo que as aldeias portuguesas têm centros históricos bastante valiosos, do ponto de vista da habitação e dos monumentos, pelo que se S. Manços não jogasse mão aos seus valores, nomeadamente a requalificação da Avenida da Sra. da Ajuda, não poderia progredir, segundo a sua ideia.

Mudando de assunto e para concluir, observou: *“Para quem prometeu água mais barata e de melhor qualidade, esta situação, e outras que se têm verificado no concelho, não é satisfatória. A CDU contribuirá, naquilo que estiver ao nosso alcance, para que este problema seja resolvido”*.

Entretanto, o Sr. **João Rodrigues** sugeriu que se efectuassem mais sessões da AME nas Freguesias rurais, por serem, na sua ideia, mais dinâmicas e mais próximas dos munícipes.

Por outro lado, e devido ao facto de o Sr. A. Galão ter dito que herdara dificuldades financeiras, perguntou-lhe se as dívidas tiveram origem no seu antecessor ou de um ex- Presidente de Junta afecto ao PS.

Por seu turno, o Sr. **José Russo** manifestou o seu agradecimento aos seus conterrâneos, pela recepção verificada.

Posteriormente, deu conta que tinha intenção de apresentar uma série de questões acerca da Freguesia de S. Manços, mas que muitas delas já tinham sido focadas pelo Sr. A. Galão, recordando que muitos projectos foram adiados em anos sucessivos, os quais se tornava imperioso serem resolvidos, na sua óptica, não sendo suficiente os responsáveis chegarem a esta sessão e dizerem que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

as coisas se iriam fazer, tendo recordado, até, que a obra da Av. Da Sra. da Ajuda foi objecto dum compromisso por parte do PS, não esquecendo que as três principais ruas da vila ainda não tinham sido arranjadas.

Paralelamente, também tocou no problema da água, revelando que hoje, de manhã, uma senhora se dirigiu ao Sr. Presidente da CME e lhe entregou uma garrafa de litro e meio, contendo um produto acastanhado, para reclamar sobre o que se estava a passar, julgando que quando alguém toma tal atitude é porque a situação é mesmo grave, devendo ser resolvida com urgência, segundo a sua ideia. Simultaneamente, criticou o facto de ainda não se ter construído o lar para os idosos, cujo processo se arrasta há vários anos, tendo, depois, inquirido qual era o projecto que iria avançar no Ribeiro do Corvo.

Sobre o jardim público, lamentou o arranque de algumas árvores, supostamente centenárias, o que provocou a indignação da população da vila, esperando que as respectivas obras acabem, efectivamente, em Dezembro próximo.

Reagindo ao apontamento do Sr. F. Pinto, o Sr. **Presidente da CME** respondeu: *“Não é verdade que isto seja a água de S. Manços. Eu vou-lhe oferecer esta garrafa, que gostava que a mostrasse a todos, recolhida agora mesmo na torneira do wc desta Casa do Povo e que a comparasse como uma garrafa de água do «Luso», para verificar se vê alguma diferença. Eu penso que, na casa da senhora onde esta água foi recolhida, haverá alguma coisa na respectiva canalização que, se calhar, lhe dá esta cor e é isso que nós temos que investigar. Isto é um assunto sério e, como tal, não deve ser permitido que se faça demagogia com questões que dizem respeito à vida das pessoas”*.

Por outro lado, transmitiu que estava completamente de acordo com a alocação do Sr. A. Murteira, ao ter referido que S. Manços tem um grande futuro, porque está no coração duma zona de regadio, entendendo que a sua população precisa de se preparar para um futuro de trabalho, de espírito de união e para aproveitar as oportunidades que lhe vão «bater à porta», sendo preciso criar infra-estruturas, oficinas, pequenas empresas e formar pessoas para o efeito.

Entretanto, o Sr. **Celino Silva** opinou que era necessária uma verdadeira política de habitação no concelho e que ela fosse extensível às freguesias rurais, acrescentando que quando se aborda esta matéria é o mesmo que falar em política de produção de solo urbanizado, julgando que o facto de a Junta poder estar a entender-se com as cooperativas de habitação atrás mencionadas, com o apoio da edilidade, no sentido da construção de fogos a custos controlados, num terreno doado pela Fundação Eugénio de Almeida, não se podia classificar como tal, coisa que até o motivou a inquirir: *“Faz sentido haver aqui uma operação imobiliária com um terreno doado pela Fundação?”* *“Porque é que a Câmara não assume este loteamento e põe os lotes à disposição dos munícipes ou, até, elabora um pequeno programa destinado ao arrendamento?”*

Reportando-se à resposta dada pelo Sr. Presidente da CME, o Sr. **Florival Pinto** clarificou que aquilo que tivera oportunidade de lhe oferecer fora-lhe entregue por uma munícipe, a qual lhe dissera donde provinha o produto. Neste contexto, reconheceu que a água que o Sr. Presidente da autarquia lhe apresentara era diferente da que ele próprio tinha mostrado, não deixando de lembrar-lhe que declarara que cerca de metade da vila tinha água com uma cor amarelada e que a outra parte tinha-a normal. No entanto, predispôs-se a beber a água recolhida no wc da Casa do Povo (pormenor que concretizou), tendo a ideia que o Sr. Presidente da CME não era capaz de fazer o mesmo com o líquido que lhe dera, residindo neste facto a diferença.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Relativamente à «demagogia», considerou que era uma expressão excessiva, por se tratar duma mera troca de garrafas com água, pensando como não teria que qualificar a atitude do Executivo Municipal quando colocou uns «out-doors» espalhados pela cidade, a fazerem menção ao projecto «Skylander», bem como quando propagandeou o parque de feiras e exposições e o parque desportivo na mais recente campanha eleitoral, elucidando que apenas tentara discutir um problema sério com alguma ligeireza.

Retorquindo à alocução do Sr. J. Rodrigues, o Sr. **António Galão** asseverou que era sua intenção conseguir a estabilidade financeira na Junta, para permitir ao seu sucessor ter meios para, pelo menos, pagar os vencimentos aos funcionários, explicitando que aquilo que afirmara não fora política, mas sim a realidade, adiantando que o seu antecessor também tivera tais problemas, cabendo a ele enumerá-los, na sua óptica.

No que respeita ao apontamento do Sr. Celino Silva, afiançou que não estava nada concretizado, ou seja, que as negociações com as cooperativas de habitação estavam a decorrer, tal como anunciara o Sr. Presidente da CME.

No sentido de tranquilizar o Sr. F. Pinto, o Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que na próxima campanha eleitoral para as autárquicas já não irão haver cartazes a falarem em «clusters» aeronáuticos e em parque desportivo. “*Sabe porquê, Sr. deputado*” (interrogou)? “*Porque os projectos já estarão concretizados*” (respondeu).

Com o propósito de tentar ajudar o caso da água de S. Mancos, o Sr. **José Piteira** propôs que fossem feitas análises à entrada das habitações e outras à saída delas, de modo a apurar se o problema provinha das canalizações das casas ou da rede externa.

Depois, o Sr. **Isidro Lobo** subscreveu o alvitre formulado pelo Sr. J. Rodrigues, por achar que as sessões da AME efectuadas nas Freguesias rurais são mais animadas e onde há possibilidade de discutir-se mais aprofundadamente as suas necessidades mais prementes.

Simultaneamente, recordou que, aquando duma assembleia realizada em Graça do Divor, focara algumas obras encetadas na altura, informando que algumas ainda não estavam acabadas, pelo que alertou a Administração Municipal para este facto, entendendo que, para as concluir, bastava que houvesse vontade política para tal.

Posto isto, e em virtude de mais ninguém ter querido falar, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o 1º ponto da agenda.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. **Presidente da Câmara** informou os presentes acerca das actividades desenvolvidas pela autarquia nos meses de Junho, Julho e Agosto de 2008, destacando especialmente:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- A instalação, em Évora, da empresa aeronáutica EMBRAER, com a edificação de duas fábricas que, no seu conjunto, significam cerca de 550 postos de trabalho directos e, aproximadamente, 1000 indirectos;
- A adjudicação do projecto de construção da Escola Básica e Jardim-de-Infância do Bacelo;
- A aprovação da abertura de concurso público para a concepção/construção da EB1 e Jardim-de-Infância dos Canaviais;
- A remodelação de 220 metros de conduta da rede de águas na Av. D. Leonor Fernandes, bem como 25 ramais de ligação às casas;
- A cerimónia de entrega das medalhas da cidade;
- As comemorações do Dia Mundial da Criança e o Dia Mundial do Ambiente;
- A realização das Festas Populares da Cidade – Feira de S. João/08;
- A criação e a inauguração do Centro Interpretativo «Megalithica Ebor», com uma exposição permanente no Convento dos Remédios;
- A realização de obras de manutenção no parque escolar;
- O programa de ocupação dos tempos livres, que mobilizou muitos jovens e crianças;
- A efectuação de um encontro internacional de basquetebol, entre Portugal e Espanha;
- A iniciativa municipal «Tardes de Soalheira, Noites ao Relento»;
- A exposição nacional das árvores (Tree Parade em Évora);
- E o programa «Rodinhas Seguras».

Seguidamente, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que relevou alguns aspectos focados pelo orador anterior, designadamente ao nível do desenvolvimento económico e das perspectivas sócio-laborais que podem advir da implantação da empresa aeronáutica EMBRAER, que se prevê começar a laborar no ano de 2009.

Ressaltou, também, na área de educação, a futura edificação das Escolas Básicas e Jardins-de-Infância do Bacelo e dos Canaviais, assim como, no âmbito da cultura, a inauguração do Centro Interpretativo «Megalithica Ebor» e a realização das Festas Populares – Feira de S. João/08.

No que concerne à área da animação, salientou o evento «Tree Parade», como sendo uma dinâmica interessante para a cidade.

No que se reporta à qualidade urbana, evidenciou a remodelação da Av. D. Leonor Fernandes, embora admitindo que as obras possam ter causado transtorno aos munícipes.

Para concluir, exortou o Executivo a continuar a manter a tenacidade para o desenvolvimento do concelho de Évora.

De imediato, o Sr. **Abílio Fernandes** referiu que a sua intervenção vinha no sentido da situação financeira da CME, embora o Sr. Presidente da edilidade não tivesse procedido à sua apresentação. Neste contexto, leu um documento com o seguinte teor: «A dívida total da CME, nesta data, atinge 42,8 M €, quando há 3 meses atrás era de 41,3 M € e estava em desequilíbrio financeiro conjuntural, sem contar com as dívidas das aquisições em leasing, cujo valor deixou de ser apresentado nas últimas informações do director dos serviços. Esta situação de desequilíbrio financeiro conjuntural só aconteceu porque a Câmara ultrapassou os limites permitidos por lei, tal como vínhamos a chamar a atenção para o agravamento que se estava a verificar ao longo deste mandato, apesar de o Sr. Presidente da Câmara e Membros desta Assembleia virem dizer que a situação financeira tem vindo a melhorar. Esta situação de desequilíbrio conjuntural mostra bem quem tinha razão. A CME deixou de poder celebrar novos empréstimos para saneamento financeiro; deixou de poder contrair novos empréstimos nos próximos 5 anos; e passou a caber à AM comunicar ao Ministro das Finanças e ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Ministro da tutela o incumprimento do plano de saneamento financeiro por parte da CME. Para quem tem andado a rebater-nos, dizendo que a situação financeira da Câmara tem vindo a melhorar, como é que explicam agora que, de melhoria em melhoria, se chega ao desequilíbrio financeiro conjuntural? Já não poderão dizer que a acusação é alguma invenção da oposição. A verdade está agora à vista de todos: é que estamos a chegar ao fim do mandato e a CME encontra-se em desequilíbrio financeiro. É mau para todos nós, que queremos uma Câmara com um funcionamento regular e equilibrado.

Solicitei ao Sr. Presidente da Câmara, na penúltima AM, que transmitisse a este Órgão fiscalizador da actividade da Câmara, o cálculo do valor do endividamento líquido total da CME. Ainda não nos respondeu. Chamo a atenção do Sr. Presidente da Câmara para a necessidade deste indicador imprescindível para a averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos na lei».

Posteriormente, interveio o Sr. **Celino Silva**, que sustentou que era necessário continuar a chamar a atenção do Executivo camarário que os Membros da Assembleia não podiam fazer uma avaliação correcta do Relatório de Actividades em apreço, porque não eram capazes de cruzar a informação nele contida, por serviços, com o Plano de Actividades apresentado para o corrente exercício.

Depois, deu a conhecer que comparara o Relatório em causa com o anterior, tendo constatado que deste tinham sido copiados dados para o actual, achando que assim não se podia avaliar qualitativamente aquilo que fora feito, uma vez que não existia uma introdução nesse sentido.

Seguidamente, questionou: “*Para quando o início da obra da Escola EB1/Jardim-de-Infância do Bacelo*”?

Mais à frente, cingiu a sua atenção às páginas 25 e 26 da Informação, por em ambas se fazer alusão à «Remodelação/Requalificação do Largo dos Penedos» e «Elaboração de desenhos/Alteração para CDH do loteamento da Tapada do Matias», inquirindo se tal era para encher papel.

Relativamente página 9, achou caricato que os Órgãos de representação da autarquia aparecessem considerados como a primeira rubrica das actividades dos serviços, julgando que isto não fazia sentido.

Logo após, e a propósito de se fazer referência, na página 12, à necessidade de se ir actualizando o sítio da CME na Internet, fez notar que há largo tempo retiraram do atrás designado as actas mais antigas da mesma, tendo-se colocado lá uma inscrição a dizer: «Estamos a tratar disto e proximamente elas serão inseridas». Neste contexto, frisou que não queria ter que acusar, dentro de seis meses, a Câmara de desleixo, nesta matéria, e de andar a fazer censura a determinado nível de informação, por entender que são coisas necessárias às Juntas de Freguesia e aos municípios.

Outro pormenor que criticou foi o facto de se repetirem os seguintes itens: «Teatro Garcia de Resende – Adaptação de portas existentes a portas de saída de evacuação» (pág. 17) e «Teatro Garcia de Resende – Adaptação de portas existentes a portas de saída de evacuação – Ferragens para portas» (Pág. 18).

Por fim, censurou fazer-se descrição, na página 30, na parte dedicada ao centro histórico, aos investimentos levados a cabo pela CME, pelo IGAPHE e outras entidades, no período de tempo entre 2003 e 2008, referentes ao programa REcria/REHABITA, na medida em que o documento em debate só dizia respeito às actividades desenvolvidas nos meses de Junho, Julho e Agosto/08.

Posto isto, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. **João Rodrigues**, que divulgou que a CME ainda não tinha investido um único cêntimo na Freguesia de Torre de Coelheiros, desde o início do mandato. Esta realidade motivou-o a interrogar o que era que a Administração Municipal previa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

fazer na dita ou então que lhe dissesse que não tinha intenção de executar algo, para todos ficarem descansados.

Por outro lado, enfatizou o facto de o Sr. Presidente da edilidade ter dito que muitos hectares de terra da aludida Freguesia vão ser irrigados pela barragem de Alqueva, advogando que, para tanto, era preciso fixar as populações, gerar condições para se construírem indústrias e oficinas, não deixando de perguntar como era que se iriam captar tais investimentos se não haviam terrenos infra-estruturados para o efeito.

De imediato, denunciou que rara é a vez em que não aparece escrito, nos Relatórios que o Executivo apresenta periodicamente à AME, «Loteamento Municipal em Torre de Coelheiros – Projecto de Obras de Construção», demonstrando interesse que o supracitado lhe comunicasse em que ponto se encontrava o respectivo projecto, para poder informar o povo da aldeia.

Quanto à requalificação do Palácio dos Coguminhos, perguntou à Vereação se se tratava dum projecto abandonado ou se ainda estava para ser implementado.

No que toca à estrada municipal n.º 521, entre Torre de Coelheiros e Oriola, lembrou que ainda faltavam alcatroar nove quilómetros, gostando que a Administração camarária o informasse o que era que se passava.

Para acabar, participou que as canalizações da água da Freguesia acima mencionada eram muito antigas, precisando de serem revistas.

Por seu turno, o Sr. **Florival Pinto** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que esclarecesse a AME sobre o estado dos projectos, ou o lançamento dos concursos, relativos ao Parque de Feiras e Exposições, ao Parque Desportivo, à variante à cidade, à remodelação do Jardim das Laranjeiras e do Rossio e à eventual transferência do local da Feira de S. João, em consequência das obras a efectuar nestes últimos recintos.

Por sua vez, o Sr. **José Piteira** questionou o significado da expressão «em alta», referenciada no capítulo 2.8 - Departamento de Ambiente e Qualidade, na página 22, bem como se o Executivo da CME continuava com o propósito de edificar uma ETAR em N.ª Sra. de Machede, apelando que fosse arranjado um novo local para a sua instalação, face às necessidades sentidas pelos promotores dum hotel em ligar o saneamento da unidade à mesma.

A seguir, o Sr. **Nuno Leão** inquiriu quando era que a Câmara estava disposta a disponibilizar terrenos para construção de habitações para jovens, a custos controlados.

Prontificando-se a responder às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da autarquia** começou por abordar as questões postas pelo Sr. A. Fernandes, esclarecendo que as dívidas, até à data, subiram cerca de 1,6 milhões de euros, em relação aos três meses anteriores, justificando que o motivo se prendia com a diminuição das receitas em cerca de 3,8 milhões euros, em relação ao período homólogo de 2007, ao nível dos fundos comunitários, da derrama, do imposto automóvel, do IMI e do IMT.

Quanto ao endividamento líquido total, recordou que já lhe disponibilizara a informação que recebera da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e que os municípios são obrigados, trimestralmente, a enviar a este organismo as suas situações financeiras, cabendo-lhe avaliar qual é a capacidade de endividamento de cada um.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Acerca do apontamento do Sr. Celino Silva, clarificou que as obras da EBI do Bacelo iriam começar, provavelmente, no dia 7.10.08, acrescentando que não tinham arrancado já devido à falta do visto do Tribunal de Contas.

Com respeito ao Largo dos Penedos e à Tapada do Matias, anunciou que eram operações urbanísticas que estavam em curso, cujos serviços estavam a acompanhar, em articulação com a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU).

Depois, admitiu que a forma de apresentação dos relatórios poderia não ser a melhor, mas lembrou que, na altura em que o Sr. Celino era vereador da CME, os mesmos já tinham aquele formato.

Acerca do tema das actas, referiu que apenas faltava publicá-las na Internet, sustentando que elas são aprovadas de uma sessão para a outra, coisa que não sucedia anteriormente, uma vez que chegaram a existir oito por aprovar, e que podem ser consultadas sempre que um munícipe entender, concordando, porém, que era preciso melhorar tal procedimento.

No que concerne ao loteamento da Torre de Coelheiros, opinou que o Sr. J. Rodrigues tinha razão, por entender que o projecto já deveria estar concluído, frisando que, por vezes, os serviços não conseguem dar resposta atempadamente, motivo pelo qual já lhes propusera que prescindissem de elaborá-lo, para ser feito por técnicos externos, resolvendo-se, assim, a situação, adiantando que continuaria a acompanhá-la e que iria exigir ao respectivo Departamento que avançasse imediatamente com o processo.

No que toca à renovação do Palácio dos Coguminhos, fez notar que não era uma das prioridades da autarquia, justificando que não haviam condições financeiras para se poder chegar a tudo, pensando que, por exemplo, era mais urgente a requalificação dos nove quilómetros de estrada até ao limite do concelho, em direcção a Oriola, e que era sua ambição vê-la concluída até ao fim do mandato.

Sobre a alocução do Sr. Florival Pinto, divulgou que estava em preparação uma operação de parceria público-privada, visando a construção do Parque Desportivo e a reabilitação do Salão Central, com um custo estimado de 15 milhões de euros, cuja negociação estava em curso, mostrando-se a Caixa Geral de Depósitos disponível para apoiar a CME.

No âmbito da variante à cidade, transmitiu que a rotunda, que se encontrava em fase de construção junto ao MARE, fazia parte da primeira intervenção, correspondendo às contrapartidas urbanísticas proporcionadas pela obra de construção da loja do AKI, e que a restante fase estava a ser tratada, por parte dos Serviços Jurídicos da CME, relativamente às expropriações dos terrenos necessários para dar início à mesma, comunicando, depois, que tencionava garantir verbas comunitárias para o efeito.

Já no que se refere ao Rossio de S. Brás e à Horta das Laranjeiras, anunciou que a Câmara tinha aprovado a antecipação do projecto respeitante à segunda, sendo esta a fase inicial de remodelação do primeiro, esperando que, pelo menos, os trabalhos de infra-estruturação daquele espaço sejam executados antes da Feira de S. João de 2009.

Com respeito ao Parque de Feiras e Exposições, defendeu a necessidade de se enquadrar a realização da obra nas perspectivas e na conjuntura económica actuais, de modo a tirarem-se ilações sobre as experiências de outros municípios, como os casos de Beja e de Santarém, que atravessam grandes dificuldades económicas na sustentabilidade da OVIBEJA e da CNEMA, respectivamente, opinando que o investimento, apesar de ser necessário para Évora, não era uma prioridade, contrariando a ideia que tinha há quatro anos.

Em resposta ao Sr. J. Piteira, explicou que a expressão “sistema em alta” significava que as ETAR’s passaram a funcionar sob a responsabilidade da empresa Águas do Centro Alentejo, sendo que as redes ficaram sob a alçada da Câmara, acrescentando que aquela companhia tinha lançado um concurso para a edificação de três novas estações, nomeadamente as de N.ª Sra. de Machede, de Vendinha e de S. Manços, cujos trabalhos irão começar ainda este ano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por fim, respondendo ao Sr. N. Leão, elucidou que a CME não dispunha de terrenos destinados à habitação. No entanto, transmitiu que a mesma estava a promover outras formas de habitação socialmente apoiada, através de projectos implementados por empresas ou cooperativas, a custos controlados, exemplificando com o caso da firma HAGAN, que está a promover, na Freguesia do Bacelo, a edificação de 100 fogos, em terrenos municipais. Também neste contexto, participou que a edilidade irá lançar um concurso destinado à construção de mais 100 fogos na Tapada do Matias, junto à LAGRIL, ficando, em ambos os casos, alguns lotes na posse da Câmara, que serão apenas atribuídos a casais jovens e a pequenas famílias.

O orador seguinte foi o Sr. **Acácio Alferes**, que revelou que tem verificado, nas sessões da AME em que tem participado, que a CDU tem tentado demonstrar o desacerto da política financeira da Câmara, entendendo que a atrás mencionada, desde que o PS assumiu a sua liderança, tem sido rigorosa e responsável, não esperando que a oposição reconhecesse, publicamente, a sua bondade. Para si, o «ruído» da CDU não escondia a realidade do que foi a sua actividade de responsável política à frente dos destinos da autarquia, tentando fazer esquecer que a deixou numa lista negra de 43 municípios sobreendividados, adiantando que a actual Administração municipal conseguiu sair da situação e voltar a poder negociar empréstimos com a banca, pagando, em média, 400.000 €/mês para o efeito, cujos valores lhe permitiriam avançar para mais projectos.

Voltando a usar da palavra e reformulando a pergunta que fizera preteritamente, o Sr. **Nuno Leão** inquiriu: *“Quantos fogos estão previstos até ao final do mandato e o que é que o Executivo entende por «custos controlados»”?*

Então, o Sr. **Vice-Presidente da CME** respondeu que se estava a trabalhar para um cenário de 340 habitações, pelo menos, e que o preço era estabelecido por lei, calculando-se que um T2 custe cerca de 70.000/80.000 €.

Devido ao facto de o Sr. Presidente da Câmara ter tido que a DGAL já fornecera ao Sr. **Abílio Fernandes** o valor do endividamento líquido da CME, este autarca elucidou que não pretendia saber o seu limite, mas sim o seu cálculo.

Acerca do apontamento do Sr. A. Alferes, desafiou-o a apresentar-lhe a tal «lista negra», argumentando que ele não dissera algo de importante para se fazerem as comparações.

Retorquindo ao discurso do orador antecedente, o Sr. **Presidente da autarquia** confirmou que, quando a CDU deixou a administração municipal, em 2001, a edilidade eborense era uma das 43 mais endividadas, ao ponto de ter sido inibida de uso de cheques, fazendo-lhe notar que a mesma tem sido objecto de inspecções por parte da DGAL, das Finanças e do Tribunal de Contas, não tendo qualquer delas detectado as irregularidades apontadas pelo Sr. Abílio.

Contrapondo, também, à intervenção do Sr. A. Fernandes, o Sr. **Acácio Alferes** reconheceu que ele tinha conhecimentos superiores aos seus, na área financeira, adiantando que se limitara a olhar para os números, para tentar extrair alguma coisa útil, no âmbito político, tendo constatado que nos dois últimos anos de mandato da CDU foram contraídos quase 17.000.000 € de empréstimos, sendo que nos dois primeiros exercícios não chegaram a 4.000.000 €. Deu conta, ainda, que, durante a última gestão da referida força política, o saldo dos empréstimos andou perto dos 21.000.000 € e que as amortizações se cifraram à volta de 10.000.000 €, salientando que em 2002 o Executivo do PS teve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

que recorrer a um crédito de 12.470.000 € para cobrir a situação que herdara, para além de ter exposto outros números exemplificativos.

Face ao explanado, o Sr. **Abílio Fernandes** replicou que era incorrecto e injusto dizer-se que se devia isto e aquilo, sendo preciso, na sua óptica, apresentar-se dados concretos. Assim, exibiu um jornal editado no tempo em que era Presidente da CME, o qual anuncia que a edilidade tinha a receber, na altura, 5.000.000 € em numerário e que dispunha de lotes para vender no valor de 13.500.000 €, exortando o Sr. A. Alferes a abater estas quantias ao montante das dívidas por ele relatado, para verificar o saldo que sobrava.

Simultaneamente, vincou que a autarquia devia, na actualidade, 20.000.000 € a fornecedores, recordando que o limite fixado na lei é de 10.000.000 €.

Perante a inexistência de mais inscrições para utilização da palavra, o Sr. **Presidente** encerrou o 2º ponto da ordem do dia e fez um intervalo de 10 minutos.

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA PROPOSTA DA CME VISDANDO A DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJECTO DE INVESTIMENTO A IMPLEMENTAR PELA EMPRESA «TYCO ELECTRONICS, LDA.»

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara**, que especificou que se propunha que a AME reconhecesse, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 4º do Decreto-Lei nº 409/99, de 15 de Outubro, o interesse municipal do projecto de investimento em causa, bem como que concedesse isenção, ou redução, no pagamento de IMI à referida empresa, em virtude de esta pretender expandir a sua actividade, com a criação de novas linhas de montagem e melhoramento das existentes, destinadas ao fabrico de relés para a indústria automóvel.

Entretanto, o Sr. **Presidente** fez saber que recebera dois projectos de deliberação sobre a matéria, um apresentado pela bancada da CDU e outro pelo Grupo Municipal do PS, ambos propondo que se reconhecesse o assunto focado em título, mas com a diferença que o primeiro apenas propunha a isenção de IMI e o segundo sugeria a isenção deste imposto e de IMT.

Posteriormente, o Sr. **Eduardo Luciano** perguntou se havia algum IMT envolvido no processo em apreço.

O Sr. **Presidente da CME** respondeu que não, porque a construção iria ocorrer em terrenos da própria Tyco.

Logo após, o Sr. **Florival Pinto** inquiriu se a edilidade só pedia a isenção de IMI.

Então, o Sr. **Presidente da autarquia** opinou que o texto da certidão era claro, informando que não estava envolvida qualquer operação de transacção, o que daria origem ao IMT, tratando-se apenas do Imposto Municipal sobre Imóveis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

De seguida, o Sr. **Jorge Lourido** declarou: *“Penso que a A. M. tem necessidade de ponderar sobre este conjunto de pedidos, porque, no fundo, este tipo de isenções vão-se reflectir, directamente, na diminuição de recursos para a Câmara e para os serviços que são prestados à população. Neste sentido, parece-me que deveremos, de uma forma construtiva, não entender estas questões como propaganda, mas sim criar um quadro que permita, de uma forma transparente e clara, a atribuição destes benefícios fiscais, o qual deverá passar por quatro pontos, a saber: **Primeiro** – A criação efectiva de emprego; **Segundo** – As condições e os direitos laborais que as empresas oferecem; **Terceiro** – O rácio entre investimento e fomento de trabalho, porque 30.000.000 € para 10 postos de trabalho dá, como é lógico, 3.000.000 € para cada um. Este rácio é significativo para fazer essa concessão? **Quarto** – O período de vigência desta isenção. Se, por exemplo, daqui a quatro anos, dos 10 postos de trabalho só existirem 5, continuaremos a defender essa isenção? Por outro lado, entendemos que a expressão «...e de IMT», inserta no ponto 2 da proposta do PS, não faz qualquer sentido”.*

Perante o exposto, o Sr. **Rui Rosado** admitiu que tal frase estava a mais, pensando que os projectos de deliberação do PS e da CDU eram decalcáveis.

A propósito desta última alocução, o Sr. **Florival Pinto** alvitrou que, para salvaguardar os interesses do requerente e do Executivo, se incluíssem, nas propostas, os dados de registo do prédio.

Tendo em conta as posições emitidas pelas diferentes bancadas, o Sr. **Presidente** evidenciou que a A. M. não podia decidir para além daquilo que constava na certidão, pelo que colocou à ponderação do plenário a possibilidade de se deliberar sobre as duas propostas, em alternativa, ou chegar-se a um acordo para as fundir.

Replicando ao apontamento do Sr. R. Rosado, o Sr. **Eduardo Luciano** opinou que os projectos de deliberação não eram decalcáveis, uma vez que o que fora apresentado pelo PS continha, no 2º parágrafo, o termo, já recorrente, «O Grupo Municipal do PS na AME...», o que afastava qualquer possibilidade de consenso, tornando claro que o documento da CDU se limitava àquilo que era essencial. Porém, enfatizou que a CDU estava disponível para juntar as duas propostas, desde que houvessem ajustamentos.

Face ao referido, o Sr. **Presidente** insistiu que, para não se estar a consumir tempo inutilmente, os projectos fossem votados alternadamente ou fossem fundidos, sugerindo que, para este efeito, se interrompesse a discussão do presente ponto, para os autores se reunirem, com o objectivo de tentarem alcançar um texto comum.

Como o colectivo aceitou o alvitre do Sr. **Presidente**, este suspendeu, temporariamente, o debate do 3º ponto da agenda, passando à apresentação do ponto 4.

PONTO 4 – DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DA CME DESTINADAS A:

- A) AUMENTAR O CAPITAL SOCIAL DA «ÉVORA VIVA», SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM – DE 50.000 PARA 110.000 €;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

B) ALTERAR O N.º 1 DO ART.º 19º DOS ESTATUTOS DA «ÉVORA VIVA», SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM.

Acerca da matéria em apreço, o Sr. **Presidente** pôs à consideração da Assembleia o facto de a CME propor duas coisas e não só uma, conforme constava na redacção da convocatória, questionando se a mesma aceitava a modificação do título deste ponto. Em virtude de ninguém se ter manifestado, o Sr. Presidente colocou à votação a alteração em causa, registando-se uma aprovação por unanimidade.

Posto isto, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara**, que explicou que a sociedade «Évora Viva» tinha precisão de desenvolver actividades a três níveis, a saber: **Primeiro** - Garantir condições financeiras para que uma empresa por si contratada levasse a cabo o estudo da sua viabilidade económica; **Segundo** – Elaboração de projectos, destinados a intervenções a iniciar rapidamente; **Terceiro** – Informar a população das operações que estavam em curso, de modo a que os munícipes pudessem providenciar a recuperação das suas casas. Com isto em vista, informou que o Executivo decidiu, em reunião de Câmara, aumentar o respectivo capital social em mais 60.000 €, perfazendo um total de 110.000 €, o que obrigava à alteração do n.º 1 do art.º 19º dos respectivos estatutos, sendo necessário que a AME deliberasse em ambos os sentidos.

Depois, interveio o Sr. **Celino Silva**, que ressaltou o facto de os Membros da A. M. não terem tido conhecimento, até ao momento, de qualquer plano de actividades ou orçamento da SRU, sendo entendimento da CDU que o capital social da mesma não deveria ser utilizado para cobrir despesas correntes da sua acção.

Paralelamente, voltou a analisar a Informação da CME (pediu desculpa de tal), discutida no ponto 2, nomeadamente a página 35, na parte respeitante à rubrica «**Sociedade de Reabilitação Urbana**», onde se pode ler no 2º item: «**Preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional, designadamente o planeamento das acções do quadriénio 2008/2011...**». Para si, era de estranhar que a Administração Municipal e a Assembleia não tivessem conhecimento destas matérias, por pensar que eram tarefas muito importantes, tanto mais que o Sr. Vereador António Dieb fizera, após a votação em reunião de Câmara, a seguinte declaração de voto: “*A segunda razão para a minha abstenção prende-se com o facto de ser manifestamente insuficiente a informação disponível sobre a actividade da empresa...*”. Tendo em conta o atrás exposto, comunicou que a CDU iria votar contra as duas propostas.

Por sua vez, o Sr. **Rui Rosado** transmitiu que a bancada do PS se propunha viabilizar as supra citadas.

Em virtude de mais ninguém se ter inscrito para falar, o Sr. **Presidente** pôs, primeiramente, à votação o aumento de capital da SRU, tendo-se registado uma aprovação por maioria, com vinte e um votos a favor (do PS), onze votos contra (da CDU) e três abstenções (do PSD).

Seguiu-se a votação da alteração do n.º 1 do art.º 19º dos estatutos da SRU, cuja proposta foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (vinte e um do PS e três do PSD) e onze votos contra (da CDU).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Declaração de voto do Sr. Florival Pinto: “A nossa abstenção, em relação ao aumento de capital, tem a ver com duas preocupações, que queremos conciliar: **Primeira** – Não criar dificuldades à SRU, no sentido de despoletar todas as condições para satisfazer o seu objecto social, quer superando insuficiências de procedimento, submetidas anteriormente, quer perspectivando planos concretos para o futuro; **Segunda** – Com o facto de ser manifestamente insuficiente a informação disponível sobre a actividade da empresa, no sentido de insistir para que, em solicitações futuras, seja posta à disposição Assembleia Municipal, de forma fundamentada e perfeitamente clara”.

Declaração de voto do Sr. Nuno Leão: “Faço minhas as palavras do meu colega Florival”.

Declaração de voto do Sr. Celino Silva: “Votamos contra por: **1** - Não concordamos com o aumento do capital social com a justificação que é para suportar despesas, como se de activo circulante se tratasse; **2** – O capital social constituído pela empresa é intangível; **3** – Nem a Câmara nem a AME conhecem quaisquer instrumentos de gestão previsionais, relatório de actividades ou outro, que clarifiquem as acções para que foi constituída a empresa pública; **4** – Sem a superação destas irregularidades, a CDU não pode estar de acordo com as duas propostas”.

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PONTO 4

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Jorge Lourido**, que noticiou que as partes tinham chegado a acordo, ficando como proposta única a apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.

Entretanto, o Sr. **Florival Pinto** divulgou que o PSD também subscrevia o documento.

Perante o consenso gerado, o Sr. **Presidente** colocou o projecto de deliberação em apreço à votação, o qual foi aprovado por maioria, com trinta e quatro votos a favor (vinte e um do PS, dez da CDU e três do PSD) e uma abstenção (da CDU).

Declaração de voto de Maria Helena Costa: “O meu sentido de voto foi a abstenção, não por estar contra o investimento e a criação de dez postos de trabalho, mas sim porque nós não sabemos qual o valor de isenção que vai favorecer a empresa, quando começa e quando termina, para além de que a CME e a AME não se inteiraram das condições em que os trabalhadores laboram, que são vítimas de perseguições, e tudo aquilo que a Tyco faz contra os seus direitos”.

PONTO 5 – DELIBERAÇÃO REFERENTE À 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL, PROPOSTA PELA CME

O Sr. **Presidente da autarquia** explicitou que a presente proposta visava a concretização:

1. Do programa «Pagar a Tempo e Horas», nomeadamente a amortização integral da dívida à ADSE;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

2. Do acerto de contas anual com a EDP (rendas a receber/facturas de electricidade a pagar).

Por seu turno, o Sr. **Abílio Fernandes** revelou que a bancada da CDU se iria abster, porque a mesma não se revia no Orçamento da Câmara, sublinhando que não existiam motivos para votar contra, por se tratarem de objectivos concretos.

Em virtude de mais ninguém ter querido intervir, o Sr. **Presidente** pôs o 5º ponto da ordem do dia à votação, que foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (vinte e um do PS e três do PSD) e onze abstenções (da CDU).

PONTO 6 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, BEM COMO O CARÁCTER DE URGÊNCIA, DA EXPROPRIAÇÃO DOS PRÉDIOS NECESSÁRIOS À INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E ARQUITECTÓNICA NA ENVOLVENTE DAS PORTAS DE AVIZ

O Sr. **Presidente da CME** especificou que se propunha à A. M. que deliberasse no sentido de se requerer a declaração de utilidade pública da área envolvente às Portas de Aviz, com vista à expropriação dos prédios necessários à intervenção urbanística e arquitectónica no local, no âmbito do programa Polis, designadamente na zona compreendida entre aquelas e as Portas da Lagoa, prevendo-se a demolição das casas anexas à muralha, para o espaço poder ser ajardinado.

Acerca da precisão de se ter que proceder com urgência à expropriação, elucidou que se tinha que dar execução ao processo até ao dia 31 de Outubro de 2008, para se poder usufruir das verbas do Polis, representando estas cerca de 60% do custo total da obra.

De imediato, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que começou por afirmar que, de acordo com o Código de Expropriações, devem haver negociações prévias com os interessados, não lhe parecendo que a Câmara tivesse acautelado tal questão nos documentos que enviou aos Membros da AME, acentuando que faltava informação cartográfica sobre os prédios a desapossar, bem como acerca de eventuais necessidades de realojamentos, tendo em conta a descrição que era feita sobre cada um dos prédios, proprietário ou prováveis locatários.

Por outro lado, declarou que se sentia completamente admirado por a Câmara ir lançar o processo de expropriação ao Ministério das Finanças, a ponto de ter interrogado: *“Será que a edilidade está de costas voltadas para o Governo e vice-versa, que não conseguem resolver estes problemas?”* *“Será que é a melhor via ir fazer a declaração de urgência de utilidade pública emergente para a expropriação duma unidade destas?”* *“Esta expropriação ao Ministério das Finanças, através da Direcção Geral do Património do Estado, parece-me um absurdo, ou melhor, eu até admito que ela possa ser colocada, mas o Executivo tem que nos justificar porque é que não foi capaz de chegar a uma negociação amigável e tem que avançar para um processo expropriatório, pondo-se em «maus lençóis», do ponto de vista político”*, concluiu.

Por sua vez, O Sr. **Florival Pinto** opinou que o estado em que se encontra aquela zona da cidade, sobretudo as casas abandonadas, em nada favorece a sua imagem, para mais estando próxima do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

aqueduto, um dos monumentos mais emblemáticos de Évora, parecendo ao PSD que a proposta ora apresentada pecava por ser tardia.

Relativamente à questão que o orador antecedente introduzira, também defendeu que o meio negocial é o melhor caminho. No entanto, não deixou de recordar que o Sr. Presidente da Câmara dissera que se corria o risco de se perderem cerca de 500.000 €, se o processo não avançasse até 31.10.08, entendendo que cabia à Assembleia acautelar o bom uso dos dinheiros públicos. Pelas razões por si aduzidas, informou que o PSD iria votar a favor.

Logo após, o Sr. **Rui Rosado** exprimiu que estava em sintonia com o Sr. Florival, concordando que aquela parte da urbe precisa de ser requalificada, pelo que fez saber que a bancada do PS também iria votar favoravelmente.

Respondendo ao Sr. Celino, o Sr. **Presidente da autarquia** enfatizou os seguintes aspectos:

Primeiro – Que toda a operação estava a ser conduzida pela responsável do Departamento Jurídico da CME, dando-lhe plena segurança tal facto; **Segundo** – Que as negociações com os proprietários estavam em curso, não se indo resolver cada um dos casos através da via da expropriação não amigável, estando-se apenas a «jogar pelo seguro», ou seja, a tentar garantir que se conseguisse a posse dos terrenos até ao fim de Outubro/08; **Terceiro** – Que era preciso negociar a maior parte dos prédios com a empresa Estradas de Portugal, não sendo só com a Direcção Geral do Património, uma vez que aquela era detentora do Forte de S. Bartolomeu e do parque de estacionamento; **Quarto** – Que a questão da pressa tinha a ver com o facto de o programa Polis não envolver fundos comunitários, sendo necessário que as verbas do OGE fossem garantidas, para o efeito, até ao dia 31 de Outubro.

Voltando a intervir, o Sr. **Celino Silva** argumentou que não ficara esclarecido, na medida em que o Sr. Presidente da Câmara afirmara que as conversações estavam a realizar-se, mas que, ao mesmo tempo, deixara passar a ideia de que iriam ser feitas negociações, no que concerne ao processo urgente das expropriações, apelidando isto, em linguagem «educada», de pressão para negociar e em linguagem comum chantagem, tendo depois perguntado: *“Então, o Sr. Presidente quer fazer esta figura perante o Ministério das Finanças, que as pessoas se sintam chantageadas por causa dos prazos”? “O que é que se andou a fazer este tempo todo”?*

Para concluir, noticiou que o Grupo Municipal da CDU se iria abster, apelando para que o Executivo tivesse cuidado em relação a esta matéria, podendo estar a obrigar a Assembleia a tomar deliberações que poderiam ser acusadas de irregularidades.

Tendo em atenção que era uma oportunidade única para se reabilitar uma parte degradada da urbe, dada a escassez de recursos financeiros, motivou o Sr. **Gazimba Simão** a comentar que o Sr. Celino estava a tentar complicar a situação com questões legais e a arranjar grandes enredos, não compreendendo a sua postura.

Já sobre a conduta do Sr. Abílio Fernandes, observou que o mesmo manifestara «falta de bom senso político», aquando da discussão do 2º ponto desta ordem de trabalhos, ao ter comparado as dívidas da Câmara de hoje com as de há seis anos, lembrando que actualmente o seu Orçamento é dois terços inferior ao que era anteriormente, para mais com as receitas próprias a diminuírem anualmente e a ter que liquidar à ADSE uma dívida herdada do antigamente, apelidando tal comportamento de confrangedor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Perante o exposto, o Sr. **Eduardo Luciano** proferiu que ficara perfeitamente ciente que os fins justificavam os meios, segundo a opinião emitida pelo Sr. G. Simão.

Entretanto, o Sr. Presidente concedeu, outra vez, a palavra ao Sr. **Celino Silva**, o qual frisou que se tratava de exigir, à A. M., o respeito pela lei e do direito dos munícipes que estavam implicados no processo em causa, tendo a ideia que a sua postura nada tinha de falta de bom senso político ou de conflagradora.

Para fechar este ciclo de intervenções, o Sr. **Presidente** transmitiu que tinha o desejo de ver Évora com todo o perímetro da sua muralha restaurada, reconhecendo o mérito do trabalho desenvolvido, nesse sentido, por sucessivos Presidentes de Câmara, incluindo o nosso actual colega Abílio Fernandes, mas criticando o «mamarracho» construído às Portas da Lagoa, interrogando o colectivo sobre o que seria hoje o aspecto da cintura muralhada de Évora se não tivesse sido restaurada. Talvez a imagem de uma cidade bombardeada, ironizou.

De imediato, colocou à votação o 6º ponto da agenda, que foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (vinte e um do PS e três do PSD) e onze abstenções (da CDU).

Declaração de voto conjunta dos Membros **Florival Pinto, Nuno Leão e Mariana Paços**: “O nosso voto favorável tem por base o pressuposto de que a proposta da Câmara está assente no respeito por toda a legislação aplicável a esta matéria”.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **3, 5 e 6** da ordem do dia da presente reunião, bem como as alíneas **a)** e **b)** do ponto **4**, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente deu a palavra à munícipe **Elsa Godinho**, residente em S. Manços, que manifestou o seu descontentamento pelo facto da água da sua casa apresentar uma tonalidade acastanhada, tendo mostrado uma garrafa com uma porção da dita, para os presentes verificarem a veracidade dos factos, tendo dado a conhecer que já falara com o respectivo Presidente de Junta acerca do problema, o qual a informou que mais pessoas o tinham procurado pela mesma razão e que estava a desenvolver as necessárias diligências para o resolver, não deixando de revelar que, quase todas as manhãs, quando abre as torneiras da casa de banho, o precioso líquido surge muito escuro, mas que depois de estar a correr algum tempo começa a ficar com um tom mais claro, coisa que se repete há noite, quando regressa do trabalho. Mais divulgou que recebera uma factura, em Julho passado, que ainda não tinha liquidado, não por o não querer fazer, mas sim porque alguma da água não fora usada em proveito próprio, pelo que solicitou à Administração Municipal que a esclarecesse sobre a situação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Perante o explanado, o Sr. **Presidente da autarquia** elucidou: **Primeiro** – Que a água que chegava ao depósito não tinha a cor atrás referida, bem como à saída do mesmo, porque aquele fora todo limpo durante o mês de Julho/08; **Segundo** – Que o precioso líquido que abastecia S. Manços era igual ao que era distribuído em todo o concelho; **Terceiro** – Que se sabia que a água de S. Manços era bastante ferrosa, significando que, durante muitos anos, as canalizações poderão ter estado submetidas a grandes concentrações de ferro, originando a acumulação deste metal no interior dos tubos, sendo provável, segundo os técnicos, que estivesse a acontecer uma reacção química com a passagem de alguns produtos que são introduzidos na dita; **Quarto** – Que compreendia que as pessoas estavam a pagar um produto sem qualidade, ou melhor, que lhes estavam a pedir a liquidação dum bem que não consumiram, pelo que assumira toda a responsabilidade e que já propusera, à Câmara, medidas correctivas para tal.

Entretanto, o Sr. **Rui Rosado** agradeceu a presença da Sra. Elsa Godinho e manifestou-lhe total solidariedade da bancada do PS.

Por sua vez, o Sr. **José Russo** perguntou à referida munícipe há quanto tempo acontecia o problema.

A Sra. **Elsa Godinho** respondeu que era desde Maio/08.

Por seu turno, o Sr. **Abílio Fernandes** fez saber que anteontem (dia 25.09.08) a água também estava assim na Rua da Carta Velha, em Évora.

Por último, o Sr. **Presidente** pronunciou que todos imaginavam o incómodo que era viver naquelas circunstâncias, esperando que o Executivo deliberasse no sentido de que as pessoas não fossem minimamente prejudicadas, em termos financeiros, e que fosse tecnicamente possível encontrar, rapidamente, uma solução para o caso.

Como mais ninguém desejou discursar, o Sr. **Presidente** deu por encerrada a sessão pelas vinte horas e seis minutos do mesmo dia, da qual e para constar se lavrou esta acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 19/22/08, com 19 votos a favor e 5 abstenções)